



10º LEGISLATURA – 11º SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dezenove horas e trinta minutos, na rua Ceará, 662, Centro, em Açailândia-MA, teve início a Sessão Ordinária desta Casa de Leis. Estiveram presentes os senhores vereadores Feliberg Melo Sousa (Presidente), Ademar Martins da Silva (Vice-presidente), Cleones Oliveira Matos (Segundo vice-presidente), Erivelton Carlos Ramos Trindade (Primeiro-secretário), Thais dos Santos Brito Fritsche (Segunda-secretária), Adriano Andrade Silva, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, César Nildo Costa Lima, Epifânio Andrade Silva, Robenha Maria Sousa Pereira de Jesus, Udenes Pereira da Silva, Lucas Alves Moura, Odacy Miranda da Silva, Josibeliano Chagas Farias, Davi Alexandre Sampaio Camargo e Adjackson Rodrigues Lima. Na Hora Regimental, o senhor presidente autorizou que o primeiro secretário fizesse a leitura do versículo e, em seguida, a verificação do quórum. Constatado o número legal, conforme alude o Art.105 do Regimento Interno, o senhor presidente declarou aberta a sessão e, logo após, autorizou que a segunda secretária fizesse a leitura da ata do dia 12 de maio de dois mil e vinte e um. Finda a leitura, submeteu-a a discussão do Plenário e, em seguida, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o presidente convidou os representantes do Poder executivo, os senhores; Eduardo, Contador do município e Dr. Miguelson advogado, para fazer parte da mesa. Seguindo á ordem do dia, passou-se para as matérias Legislativo, no qual constou a Leitura do Projeto de Resolução nº 07/2021 – Altera a redação do art. 108 da resolução nº 001 de 24 de fevereiro de 1992 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Açailândia), em caráter de urgência, com dispensa de interstícios. Em seguida o presidente colocou em votação a dispensa dos interstícios; Adriano Andrade Silva, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, César Nildo Costa Lima, Alexandre Sampaio, Adjackson Rodrigues Lima, Josibeliano Chagas (Ceara) e Fanio Mania se absterão de votar na dispensa. A dispensa foi aprovada por maioria absoluta, seguindo o presidente colocou em votação

o Projeto de Resolução nº 07/2021 – Altera a redação do art. 108 da resolução nº 001 de 24 de fevereiro de 1992 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Açailândia), que também teve a abstenção dos vereadores; Adriano Andrade Silva, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, César Nildo Costa Lima, Alexandre Sampaio, Adjackson Rodrigues Lima, Josibeliano Chagas (Ceara) e Fanio Mania. O projeto foi aprovado pela maioria absoluta. Seguindo a ordem foram para a discussão dos requerimentos dos vereadores, onde constou; Requerimento nº 183/2021 de autoria do vereador Denes e outros, o vereador defendeu o requerimento falando da carência em lazer que o bairro parque das nações passa, após as discussões o requerimento foi aprovado por todos; requerimentos nº 151/2021 de 152/2021, de autoria do vereador Dr. Adjackson que defendeu seus requerimentos falando que o posto de saúde do Córrego Novo precisa de uma reforma para atender a comunidade do povoado assim como, água com urgência pois o povo daquela localidade necessita de água, após as discussões os requerimentos foram aprovados por todos; requerimento nº 226/2021, de autoria do vereador Kel, que defendeu falando do perigo dos ciclistas estarem trafegando nas BRs, e que esse esporte precisa ser valorizado no município; o requerimento foi aprovado por todos; requerimento nº 219/2021, a vereadora Robenha Maria defendeu o requerimento falando das dificuldades passadas pelos moradores do bairro Jardim de Alah por conta da grande erosão instalada naquele bairro, que a qualquer momento pode ficar isolado pela grande erosão, o requerimento foi aprovado por todos; requerimento 198/2021, a vereadora Robenha falou da triste realidade que os moradores do Novo Bacabal enfrentam, que o poço da localidade não está funcionando e que precisa ser perfurado outro poço para atender os moradores do povoado; após as discussões o requerimento foi aprovado por todos; requerimentos nº 209/2021 e 214/2021, o vereador Demazim defendeu seus requerimentos mostrando a importância para os profissionais da saúde o curso de humanização do profissional para melhor atender o paciente, finda as discussões os requerimentos foram aprovados por todos, requerimento nº 213/2021, a vereadora Bernadete falou da importância de uns atendimentos itinerantes para atender os moradores do bairro assistido para atender da criança ao idoso assim minimizando a demanda do Hospital Municipal e UPA, após as discussões o requerimento foi aprovado por todos; requerimento nº 216/2021, o vereador Xandy defendeu seu requerimento mostrando que o distrito de Pequiá precisa dessas placas de sinalização para atender demanda do bairro. Finda as discussões, o presidente passou a palavra ao advogado do executivo Sr.

Miguelson, que fez o uso da tribuna após ser aprovada o uso pela plenária. O advogado falou sobre o veto do projeto de lei 04/2021, falou que o projeto está viciado desde o princípio, pois é competência do executivo propor projetos de leis que versem tratar dos assuntos do referido projeto. E que o projeto produz uma lei inconstitucional, dada pelo vício de iniciativa. Citou artigos da constituição para mostrar a incompetência do legislativo para propor a lei. Destacou que existe um projeto tramitando no Congresso Nacional tratando do mesmo assunto do projeto. Por fim agradeceu a oportunidade. Passando as explicações pessoais a vereadora Bernadete usou a tribuna, após os cumprimentos a vereadora falou está muito admirada pelo fato da Casa não poder enviar o projeto 04/2021 para o executivo, deu exemplo da cidade de imperatriz que teve aprovado o projeto com referido assunto por iniciativa do legislativo, falou ainda que a Comissão de Justiça da casa deu um parecer favorável, que a Comissão de Saúde deu um parecer favorável e que a Comissão de Orçamento e Finanças não fez o parecer por falta de informações do município, e que muito lhe admira agora os representantes do executivo vir a câmara para dizer o que pode e o que não pode. Pediu perdão aos profissionais de saúde que deixaram o seu plantão para vir a casa legislativa convidados por ela, que teve a autorização do Presidente para convida-los, acreditando que o veto do projeto estaria na pauta do dia e que não esteve. Falou ainda dos impactos que irão causar ao município; quando o município começar a agir com legalidade com os profissionais de saúde, pois nos hospitais faltam; técnico de gesso, técnico de instrumentação cirúrgica, técnico segurança do trabalho dentre outros, isso causando uma sobrecarga a todos os profissionais que têm que se desdobrar no plantão para não ver o paciente morrer desassistido tendo que atender em mais de 2 ou 3 setores, questionou o executivo sobre a consideração por esses profissionais, que não existe. Falou da hipocrisia das mensagens de dizem heróis da saúde, pois os mesmos são sobreviventes, saindo de plantão em plantão, deixando os seus filhos aos cuidados de secretários dos lares, para trazer o sustento a suas casas. Falou que o executivo vai gastar sim, mas de R\$ 790.000,00, para ajustar a escala do Hospital Municipal que tem 36 enfermeiros cumprindo uma escala de 12 plantões de 13 plantões e até mais para não deixar o hospital descoberto. Citou a enfermeira Ana Sousa, que e além dela conseguir cobrir cinco setores no pronto-socorro ela ainda consegue convencer os técnicos aí com ela, para não deixar o paciente que está na sala vermelha desassistindo. Pacientes que vem do Buriticupu a São Pedro da Água Branca. A cidade assiste a toda essa população e será se não merecem ter 30 horas de jornada. Falou que não existe respeito, pois, o

Hospital Municipal quando devia ter em média 140 técnicos com a escala de 12 plantões tem 105. Que necessita 21 técnicos de enfermagem para Hospital Municipal, mas 07 enfermeiros. A Upa que só tem 14 enfermeiros, que saem da atenção básica e vão para UPA por plantão de miséria R\$ 200,00, para não deixar o SUS desassistido. Os técnicos de enfermagem são 55 e precisam de mais 10 para ficar com plantões da forma de hoje. Mostrou a análise que foi feita por ela a respeito dos valores que impactaram na folha de salário caso o projeto seja aprovado, exemplificando os tetos salariais, que segundo ela não são seguidos pelo município, e que mesmo assim o impacto na folha ficou no valor total de R\$ 123.440,00, com 100% de encargos que dar o total de R\$ 246.880,00, questionou de onde vem os R\$ 790.000,00 colocados pelo executivo. Disse que é para cobrir os furos que está causando exaustão nos profissionais porque tem que trabalhar com sobrecarga. Disse falar com fundamento, por estudos realizados no Hospital Municipal, onde será impactado pois a atenção básica irá funcionar adequadamente desde que o Prefeito tenha dignidade a hombridade de abrir os postos de que irão atender a saúde da família e assistir Açailândia na atenção primária. Por fim falou de sua indignação com a situação, pois saiu com a certeza que teria a votação do veto de seu projeto, não que iria receber mensageiro do executivo para lhe chamar de incompetente. Finalizou seu discurso. Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus e do povo de Açailândia, declarou encerrada a sessão. A presente ata, após lida, discutida e aprovada, será lavrada por mim secretário, assinada pelo presidente e por todos os integrantes da Mesa Diretora.

Presidente:

Vice-presidente:

Segundo vice-presidente:

Primeiro-secretário:

Segundo-secretário: